

1. Contexto Operacional

A Totvs S.A., (a seguir designada como “Controladora”, “Totvs”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada na Av. Braz Leme, 1639 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, a prestação de serviços de implantação, consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionados. Os principais softwares desenvolvidos pela Companhia são aplicativos do tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP) e têm por objetivo integrar eletronicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária, permitindo a criação de fluxo de informações que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Companhia são: administração, finanças, operações, industrial, recursos humanos e atendimento a clientes.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Totvs foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de janeiro de 2011.

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia efetuou importantes transações envolvendo combinações de negócios e incorporação de subsidiárias conforme divulgado na Nota 4.

Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como número de clientes, ticket médio, market share, entre outros, não foram objeto de revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. Políticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com

base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.17, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.1. Bases de Consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão Social	% de Participação	
	2010	2009
Totvs Rio Software Ltda. ("Totvs Rio")	100,00	100,00
Totvs Argentina S.A. ("Totvs Argentina")	89,80	100,00
Totvs México S.A. de C.V. ("Totvs México")	99,99	98,00
Totvs Corporation ("Totvs Corporation")	100,00	100,00
Totvs Nordeste Software Ltda. ("Totvs Nordeste")	100,00	100,00
Setware Informática Ltda. ("Setware") (d)	100,00	100,00
Totvs Brasília Software Ltda. ("Totvs Brasília")	100,00	100,00
RO Resultados em Outsourcing Ltda. ("RO")	100,00	100,00
Inteligência Organizacional Serviços, Sistemas e Tecnologia em Software Ltda. "IOSSTS")	100,00	100,00
Eurototvs Ltda. ("Eurototvs")	100,00	100,00
TQTV Software Ltda. ("TQTV") (c)	100,00	55,00
Look Informática S.A. ("Look")	100,00	100,00
BCS Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("BCS Comercio")	100,00	100,00
BCS Sistemas Computacionais Ltda. ("BCS Sistemas")	100,00	100,00
BCSFLEX Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("BCSFLEX")	100,00	100,00
HBA Informática Ltda. ("HBA")	100,00	100,00
Midbyte Informática Ltda.. ("Midbyte")	100,00	70,00
Datasul S.A. de CV ("Datasul México")	100,00	100,00
Datasul Incorporation ("Datasul USA")	100,00	100,00
Datasul Argentina S.A. ("Datasul Argentina")	100,00	100,00
Totvs Serviços Inform. E Consultoria S.A. ("Totvs Serviços")	100,00	100,00
Gens Tecnologia da Informação Ltda. ("Gens")	100,00	100,00
YMF Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("YMF")	100,00	100,00
Tools Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("Tools")	100,00	100,00
DTSL Sistemas e Serv. De Inform. S.A. ("Datasul Paranaense")	100,00	100,00
Soft Team Consultoria e Informática Ltda. ("Softteam") (b) (d)	-	100,00
DTS Consulting Partner, AS de CV ("Partner") (d)	100,00	100,00
Hery Software Ltda.	100,00	100,00
TotalBanco Consultoria e Sistemas Ltda. (e) (d)	70,00	70,00
TotalBanco Participações S.A.	70,00	70,00
M2S Serviços de Suporte Ltda. (a)	100,00	-
SRC Serviços em Informática Ltda. (a)	100,00	-
Mafipa Serviços de Informática Ltda. (a)	100,00	-

(a) Combinação de negócios em 2010, vide Nota 4.

(b) Participação acionária alienada em 2010 pelo valor de R\$ 9.500 gerando ganho de R\$3.434, registrado como outras receitas e despesas operacionais líquidas.

(c) Aquisição de participação acionária de não controladores em 2010, vide nota 4.

(d) Participação Indireta.

(e) A Companhia possui opção de compra de 30% da participação dos não controladores da Totalbanco.

Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/combinação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2010 e 2009, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas

consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.2. Receitas e Despesas

A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (*help desk*).

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e registradas como redutoras de seu respectivo grupo das contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços e manutenção composto, principalmente, de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

2.5. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.6. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43 .

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização freqüente dos equipamentos da operação e a revisão freqüente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. V) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

2.8. Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.9. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteira de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas, desembolsos para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação

continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 30 de setembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 13).

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.12. Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,65%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13. Pagamento baseado em ações

Durante os exercícios de 2010, 2009 e 2008, a Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.14. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada – contribuição definida, administrada por seguradora (Nota 24) e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.15. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro

A companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e equipamentos de informática para utilização de suas operações. A companhia determinou, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos dos referidos bens. Desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis financeiros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 13.2.

Transações com Pagamentos Baseados em Ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de

auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

2.19. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subseqüentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20. Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implantação, na consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionados à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os softwares da companhia, embora sejam destinados a diversos segmentos de negócios da economia (agroindústria, infra-estrutura, construção e projetos, saúde médico-hospitalar, logística e distribuição, transportes, educacional, serviços financeiros, jurídico, varejo, e serviços) não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3. Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board – IASB” para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas na Nota 3.2.

As Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas considerando a aplicação integral dos CPCs e as Demonstrações financeiras consolidadas também considerando a aplicação integral dos CPCs e de acordo com o “*International Financial Reporting Standard – IFRS*”.

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação das informações trimestrais de 2010 apresentadas e que já incluíam os ajustes requeridos em formato comparativo com 2009.

3.1. Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37 R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação a correspondente Norma Internacional):

As isenções a seguir são aplicáveis às operações:

- a) **Exceções obrigatórias para combinações de negócios:** a Companhia adotou o CPC 15 (IFRS 3R) a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2010 com efeito retroativo apenas para o exercício imediatamente anterior (iniciado em 01 de janeiro de 2009);
- b) **Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição:** a Companhia optou por não re-mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo, a vida útil estar razoavelmente refletidas na taxa de depreciação e a relevância deste critério;
- c) **Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos:** A Companhia efetuou a reclassificação de seus passivos financeiros compostos em seus componentes de passivo e de patrimônio líquido de acordo com o CPC 39 (IAS 32);
- d) **Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A Companhia registrou o ajuste de diferenças acumuladas de conversão sobre as demonstrações contábeis de controladas no exterior no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, conforme instrução do CPC 02 (IAS 21);

As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas demonstrações contábeis na data da adoção inicial:

- a) **Benefícios a empregados CPC 33 (IAS 19):** A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido.
- b) **Contratos de seguros CPC 11 (IFRS 4):** A norma não é aplicável às operações da Companhia.

- c) **Contratos de concessão ICPC 01 (IFRIC 12):** A Companhia não possui operações de concessão de serviços públicos.

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

- a) **Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.
- b) **Registro de operações de hedge:** A Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge para fins de CPC na data de transição.
- c) **Mudanças nas estimativas:** As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.
- d) **Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e transferências de ativos de cliente:** A norma não é aplicável às operações da Companhia.

3.2. Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01.01.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

3.2.1. Balanço de Abertura em 01.01.2009

Balanço de abertura - 01.01.2009								
		Controladora			Consolidado			
	Nota	BRGAAP	Ajustes	Com CPCs	Nota	BRGAAP	Ajustes	Com CPCs
Ativo Circulante		250.834	(16.090)	234.744		332.644	(18.127)	314.517
Disponibilidades		103.215	-	103.215		134.978	-	134.978
Créditos		112.284	-	112.284		153.213	-	153.213
Outros	(e)	35.335	(16.090)	19.245	(e)	44.453	(18.127)	26.326
Ativo Não Circulante		752.272	184.022	936.294		707.689	186.767	894.456
Ativo Realizável a Longo Prazo	(e)	85.319	184.022	269.341	(e)	65.502	186.767	252.269
Ativo Permanente		666.953	-	666.953		642.187	-	642.187
Ativo Total		1.003.106	167.932	1.171.038		1.040.333	168.640	1.208.973
Passivo Circulante		137.703	(16.511)	121.192		167.589	(16.511)	151.078
Dividendos a Pagar	(a)	33.673	(16.511)	17.162	(a)	33.724	(16.511)	17.213
Outros Passivos		104.030	-	104.030		133.865	-	133.865
Passivo Não Circulante		411.725	167.932	579.657		419.066	163.099	582.165
Passivo Exigível a Longo Prazo	(e)	411.725	167.932	579.657	(e)	413.525	168.640	582.165
Part. de Não Controladores		-	-	-	(b)	5.541	(5.541)	-
Patrimônio Líquido	(a)	453.678	16.511	470.189	(b)	453.678	22.052	475.730
Passivo Total		1.003.106	167.932	1.171.038		1.040.333	168.640	1.208.973

3.2.2. Balanço de Abertura em 31.12.2009

Balanço de abertura - 31.12.2009								
Controladora					Consolidado			
	Nota	BRGAAP	Ajustes	Com CPCs	Nota	BRGAAP	Ajustes	Com CPCs
Ativo Circulante		399.078	(15.887)	383.191		503.177	(17.944)	485.233
Disponibilidades		183.310	-	183.310		230.190	-	230.190
Créditos		160.867	-	160.867		210.681	-	210.681
Outros	(e)	54.901	(15.887)	39.014	(e)	62.306	(17.944)	44.362
Ativo Não Circulante		771.762	140.536	912.298		705.926	158.875	864.801
Ativo Realizável a Longo Prazo	(d)/(e)	77.185	160.468	237.653	(d)/(e)	59.527	168.306	227.833
Ativo Permanente	(c)	694.577	(19.932)	674.645	(c)	646.399	(9.431)	636.968
Ativo Total		1.170.840	124.649	1.295.489		1.209.103	140.931	1.350.034
Passivo Circulante		218.815	(43.527)	175.288		247.609	(43.527)	204.082
Dividendos a Pagar	(a)	69.474	(43.527)	25.947	(a)	69.474	(43.527)	25.947
Outros Passivos		149.341	-	149.341		178.135	-	178.135
Passivo Não Circulante		450.554	144.581	595.135		460.023	143.904	603.927
Passivo Exigível a Longo Prazo	(d)	450.554	144.581	595.135	(e)	453.565	150.362	603.927
Part. de Não Controladores		-	-	-	(b)	6.458	(6.458)	-
Patrimônio Líquido	(a)/(c)	501.471	23.595	525.066	(a)/(c)	501.471	40.554	542.025
Passivo Total		1.170.840	124.649	1.295.489		1.209.103	140.931	1.350.034

O sumário dos ajustes realizados é apresentado como segue:

Controladora			
Nota	Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício
	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2009
Conforme adoção do CPCs	525.066	470.189	120.296
Dividendos	(a)	(43.527)	(16.511)
Aquisição de participação minoritária	(c)	19.932	-
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)	501.471	453.678	120.296

Consolidado			
Nota	Patrimônio Líquido		Resultado do Exercício
	31/12/2009	1/1/2009	31/12/2009
Conforme adoção do CPCs	542.025	475.730	122.896
Dividendos	(a)	(43.527)	(16.511)
Participação de acionistas não controladores	(b)	(16.997)	(5.541)
Amortização de intangíveis	(f)	38	-
Aquisição de participação minoritária	(c)	19.932	-
BR GAAP (vigente até 31.12.2009)	501.471	453.678	120.296

Os fluxos de caixa da controladora e consolidado de 01.01.2009 e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas contábeis vigentes até 31.12.2009, não possuem diferença com a adoção dos CPCs, exceto pelo tratamento dos dividendos, conforme descrito na nota (a) abaixo.

- a) **Dividendos Propostos:** De acordo com o CPC 24 (IAS 10), somente os dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro ajustado) são reconhecidos como um passivo antes da aprovação pelos acionistas.
- b) **Participação dos acionistas não controladores:** Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme NBC T 08 (Norma Brasileira de Contabilidade), a participação de não controladores no patrimônio líquido das entidades controladas deve ser destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido, a participação de não controladores, no lucro ou prejuízo líquido (do exercício) das controladas deve ser destacada e apresentada, respectivamente, como dedução ou adição ao lucro ou prejuízo líquido consolidado.

Pelo CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e aos não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária.

- c) **Combinações de negócios:** De acordo com o CPC 36 (IAS 27), CPC 15 (IFRS 3R), ICPC 9 os valores pagos a maior pelas aquisições das parcelas dos minoritários das controladas, RO em junho de 2009 de R\$ 2.976, YMF em setembro de 2009 de R\$ 15.478 e Tools em setembro de 2009 de R\$ 1.462, outros de R\$16 totalizando R\$19.932, classificados como ágio anteriormente de acordo com a Instrução CVM 247, são contabilizados como redutores do patrimônio líquido e corresponde ao valor justo da parcela do não controlador pela expectativa de compra da participação dos minoritários. Adicionalmente, para aquisição de 70% da TotalBanco, é a parcela do não controlador (30%) foi registrado no valor justo pela expectativa de compra da participação dos minoritários. Desta forma, o reflexo desta contabilização retroativa a 31 de dezembro de 2009, corresponde a um acréscimo de R\$ 10.539 nas linhas de intangíveis em contrapartida no patrimônio líquido consolidado (Participação de acionistas não controladores).
- d) **Apresentação de Depósitos Judiciais:** No Brasil, de acordo com a NPC 22/05, não raramente, a administração de uma entidade questiona a legitimidade de determinados passivos, e, por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra o desfecho favorável da questão para a entidade, o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo. Quanto à divulgação, conforme parágrafo 76, nos casos em que, para fins de divulgação, ocorrer a compensação de passivos com os valores depositados em juízo, permitida nos termos desta NPC, deverão ser destacadas, em nota explicativa, as quantias em que estão sendo compensadas e a explicação das eventuais diferenças existentes.
- Para o IFRS, conforme CPC 37 (IFRS 1), uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das demonstrações financeiras de

entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto a Companhia efetua a reclassificação dos saldos, registrando no grupo de ativo não circulante os valores de depósitos judiciais.

e) Reclassificação dos impostos diferidos

No Brasil, de acordo com a Instrução CVM 371/02, para fins de reconhecimento inicial do ativo fiscal diferido, a companhia deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: i) apresentar histórico de rentabilidade; e ii) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos. Este estudo técnico deve ser examinado pelo conselho fiscal e aprovado pelos órgãos da administração da Companhia devendo ser revisado a cada exercício, ajustando-se o valor do ativo fiscal diferido sempre que houver alteração na expectativa da sua realização.

De acordo com o CPC 37 (IFRS 1), quando a entidade apresenta ativos correntes e não correntes, e passivos correntes e não correntes, classificando-os separadamente no balanço patrimonial, ela não deverá classificar impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos como correntes. Portanto a Companhia efetuiu a reclassificação do imposto de renda diferido líquido que estava classificado no ativo circulante e não circulante, para o imposto de renda diferido ativo e passivo não circulante.

f) Amortização de intangíveis: Intangível oriundo da opção de aquisição de investimento (TotalBanco), líquidos dos impostos diferidos.

As mudanças descritas acima não geraram efeitos para fins de imposto de renda.

3.2.3. Reconciliação do patrimônio líquido e resultado do exercício da Controladora com o Consolidado conforme adoção do CPCs

	Nota	Patrimônio Líquido			Resultado do Exercício	
		31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009	2010	2009
Controladora		619.862	525.066	470.189	138.196	120.296
Participação de acionistas não controladores	(a)	12.047	16.997	5.541	(335)	2.600
Amortização de intangíveis	(b)	(333)	(38)	-	(333)	-
Consolidado		631.576	542.025	475.730	137.528	122.896

a) Conforme nota (b) mencionada no item 3.2.2, de acordo com o CPC 36 (IAS 27), a parcela dos acionistas não controladores é parte integrante do patrimônio líquido e do resultado do grupo. A participação de minoritários inclui resultados de controladas que passaram a ser controladas integralmente pela Totvs nesse exercício.

b) Amortização de intangíveis alocados, registrados no Consolidado, líquidos dos impostos diferidos.

3.3. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- **Melhorias para IFRS** – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.

- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente (Nota 13).

Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as seguintes operações de combinações de negócios:

Empresa	Setor de Atuação	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Participação da Cia. após a Operação	Valor da Operação	Valor pago	Valor a pagar	Alocação Intangível	Alocação ágio
M2I e M2S	Canais de Distribuição da marca "RM"	05/01/10	100%	100%	R\$ 5.300	R\$ 5.300	-	R\$4.758	R\$12
SRC Serviços	Franquias de desenvolvimento da marca "Datasul"	28/07/10	100%	100%	R\$ 43.000	R\$ 8.421	R\$ 34.092	R\$ 9.312	R\$ 33.688
Mafipa	Canais de Distribuição da marca "RM"	24/11/10	100%	100%	R\$ 5.920	R\$ 2.920	R\$ 3.000	-	R\$ 6.056

M2I e M2S - Em 05 de Janeiro de 2010 a Companhia celebrou contrato de aquisição da M2I Serviços de Implantação de Software Ltda. ("M2I") e a M2S Serviços de Suporte Ltda. ("M2S") por meio de sua controlada TOTVS Nordeste Software Ltda. ("TOTVS NE"). A M2I e a M2S são canais de distribuição da marca RM, baseados em Salvador/BA, dedicados à comercialização, a implementação e ao suporte do produto RM no Estado da Bahia, contam com 33 funcionários. A aquisição de ambas as empresas totalizou R\$5.300, sendo R\$4.770 relativos às quotas da M2S e R\$530 relativos às quotas da M2I.

Em 26 de Janeiro de 2010 foi celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas pelo qual a Companhia vendeu 99,98% do capital total da M2I Serviços de Implantação de Software para a compradora JRP Assessoria de Informática Ltda., pelo valor total de R\$ 840. O pagamento será efetuado em 42 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 20 cada, corrigidas monetariamente de acordo com a variação do IGPM, entre a data da assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento de cada uma das parcelas, a primeira com vencimento em 01.07.2010 e as demais no dia 01 dos meses subsequentes.

SRC Serviços – Em 28 de julho de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da SRC Serviços em Informática Ltda. A SRC detém os ativos relacionados com a operação das empresas Logistics Solutions Ltda., Futura Soluções em Finanças Ltda., Action Desenvolvimento e Consultoria de Negócios Ltda., SGP - Solução de Gestão de Pessoas Ltda. e Autus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. Franquias de Desenvolvimento de softwares aplicativos ligados à marca "Datasul" ("Franquias de Desenvolvimento"), incluindo a totalidade da carteira de clientes.

MAFIPA Serviços de Informática – Em 24 de novembro de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da SRC Serviços em Informática Ltda. A MAFIPA detém os ativos relacionados com a operação das empresas Cygni Tecnologia em Informática Ltda e L2M Serviços de Informática Ltda., canais dedicadas à comercialização, implementação e suporte da antiga marca RM no Distrito Federal.

Para as combinações de negócios realizadas em dezembro de 2010, a Companhia alocou preliminarmente como ágio, levando em consideração a fundamentação econômica, tendo como base estudos e avaliações feitas por especialistas. Referida alocação preliminar deverá ser revisada durante 2011 e eventuais reclassificações poderão ocorrer no grupo de contas (Nota 13).

Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as aquisições de minoritários das seguintes subsidiárias:

Subsidiária	Setor de Atuação	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Participação da Cia. após a Operação	Valor da Operação	Valor pago	Valor a pagar	Retenção de lucros Patrimônio líquido
Midbyte	Desenvolvimento de Softwares de varejo	05/01/10	30%	100%	R\$ 12	R\$12	-	(R\$ 591)
TQTVD	Desenvolvimento Softwares para TV Digital	01/06/10	45%	100%	R\$ 14.266	R\$ 5.999	R\$ 7.107	R\$ 8.985

MidByte - Em 05 de janeiro de 2010 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 26 de novembro de 2007, pelo valor de R\$ 12, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da MIDBYTE INFORMÁTICA S.A. ("MIDBYTE"), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares de varejo e da qual a TOTVS já detinha 70% do Capital Social.

TQTVD – Em 01 de junho de 2010 a Companhia adquiriu, pelo valor de R\$ 14.266, 45% do capital social da controlada TQTVD Software Ltda., que atua na área de desenvolvimento e comercialização de produtos e soluções de software para televisão digital, sendo R\$ 5.999 pagos à vista e adicionalmente está previsto o pagamento de um valor variável de até R\$8.267 em função do cumprimento de determinadas metas estabelecidas para os exercícios de 2011 a 2014, que trazidos a valor presente em 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$ 7.107, (Nota 18). A companhia já detinha 55% do capital social da TQTVD e, por essa aquisição passa a deter a totalidade das quotas.

Para as aquisições de minoritários os ágios gerados nas aquisições foram registrados no patrimônio líquido no grupo "reserva de capital", conforme determinado pela ICPC 9 (IFRS 3R).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
Disponibilidades	10.281	27.247	16.830	37.074	40.781	21.311
Equivalentes de caixa						
Operações compromissadas	75.935	49.550	5.396	95.338	52.310	8.033
CDB	91.059	85.051	70.277	100.096	112.449	88.320
Fundos DI		12	11		2.181	3.013
	166.994	134.613	75.684	195.434	166.940	99.366
	177.275	161.860	92.514	232.508	207.721	120.677

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Títulos e Valores Mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários de R\$ 55.849 da Controladora e R\$ 56.446 do Consolidado, em 31 de dezembro de 2010 (R\$38.656 - Controladora e R\$41.783 - Consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R\$20.670 – Controladora e R\$26.729 – Consolidado em 01 de janeiro de 2009), referem-se a contas garantidas para pagamento de aquisições de carteiras de clientes e combinação de negócios (Nota 18), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
Próxima	-	-	-	-	-	800
YMF Participações	4.374	19.336	11.328	4.374	19.336	11.328
Soft Team	-	-	-	-	2.002	3.226
Gens	527	1.273	2.097	527	1.273	2.097
Tech Prod	1.266	2.535	2.137	1.863	3.660	3.071
Tools	1.469	2.672	4.875	1.469	2.672	4.875
Datasul MG	2.429	4.103	-	2.429	4.103	-
Datasul Saúde MG	946	803	-	946	803	-
TotalBanco	2.338	2.647	-	2.338	2.647	-
Hery	4.294	4.886	-	4.294	4.886	-
ERP Cedente	663	-	-	663	-	-
SRC	34.092	-	-	34.092	-	-
Mafipa	3.031	-	-	3.031	-	-
Outros	420	401	233	420	401	1.332
	55.849	38.656	20.670	56.446	41.783	26.729
Ativo circulante	6.118	21.450	10.701	6.317	22.469	14.301
Ativo não circulante	49.731	17.206	9.969	50.129	19.314	12.428

7. Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
Mercado interno	210.002	177.786	128.119	263.184	219.687	163.898
Mercado externo	-	-	-	15.652	17.308	12.928
	210.002	177.786	128.119	278.836	236.995	176.826
Ativo circulante	195.195	175.544	123.645	264.029	230.995	172.352
Ativo não circulante	14.807	2.242	4.474	14.807	6.000	4.474

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (*aging list*), em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
A vencer	170.714	141.078	99.951	217.473	176.318	126.968
Títulos Vencidos						
de 1 a 30 dias	4.031	7.192	7.845	6.703	11.013	11.933
de 31 a 60 dias	4.427	3.696	3.183	6.954	5.084	5.322
de 61 a 90 dias	2.676	2.645	1.776	4.064	3.436	2.761
de 91 a 180 dias	5.780	3.833	2.859	9.023	9.511	6.109
de 181 a 360 dias	4.547	4.097	1.042	8.863	10.353	4.380
mais de 360 dias	1.606	568	102	4.856	966	215
Total	193.781	163.109	116.758	257.936	216.681	157.688

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo no início do ano	14.677	11.361	20.314	19.139
Complemento de provisão no exercício	7.421	5.697	10.595	7.720
Valores baixados da provisão:	(5.877)	(2.381)	(10.009)	(6.545)
Saldo em 31 de dezembro	16.221	14.677	20.900	20.314

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser altamente diluída. A Companhia possui mais de 26.000 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro e 2009.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

8. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social.

8.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes da tributação	159.312	135.151	161.939	148.123
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(54.166)	(45.951)	(55.059)	(50.362)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	61	6.674	-	-
Lei 11.196/05 (Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento)	22.500	20.457	23.588	20.809
Efeito da apuração pelo lucro presumido em controlada	-	-	(3.044)	623
Juros sobre capital próprio	9.180	7.650	9.180	7.650
Participação de administradores	201	(2.700)	201	(2.700)
Contas a receber consideradas incobráveis	(56)	(151)	(147)	(162)
Outros	1.164	(834)	870	(1.085)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(21.116)	(14.855)	(24.411)	(25.227)
Taxa efetiva	13,3%	11,0%	15,1%	17,0%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.792)	-	(31.084)	(11.748)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(324)	(14.855)	6.673	(13.479)
	(21.116)	(14.855)	(24.411)	(25.227)

8.2. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ATIVO						
Decorrentes de diferenças temporárias:						
Ágio em combinação de negócios	116.221	141.426	148.581	120.033	139.636	149.398
Provisão para comissões	12.933	9.972	7.696	13.634	10.308	7.799
Receitas antecipadas ou faturamento antecipado	4.247	3.306	7.101	3.163	3.584	7.309
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.515	4.423	3.233	6.274	5.082	3.444
Provisão para contingências e outras obrigações	1.998	3.622	7.648	1.998	3.622	7.648
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	-	9.175	1.812	1.124
Provisão para prêmio por não conversão de debêntures	8.167	4.154	944	8.167	4.154	944
Ajustes decorrentes das Leis nº. 11.638/07 e 11.941/09	1.095	1.472	1.438	1.095	1.472	1.438
Outras	4.939	5.058	22.326	6.549	14.489	24.158
Total dos impostos e contribuições sociais diferidos ativos	155.115	173.433	198.967	170.088	184.159	203.262
PASSIVO						
Decorrentes de diferenças intertemporais:						
Alocação Intangível	118.515	137.811	147.477	121.379	143.592	148.185
Outras	1.193	-	-	2.172	-	-
Total dos impostos e contribuições diferidos passivos	119.708	137.811	147.477	123.551	143.592	148.185

8.3. Estimativa de recuperação de créditos

A Companhia, com base em projeções de resultados de exercícios futuros aprovados pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários registrados no ativo não circulante e passivo não circulante nos seguintes exercícios:

a) No ativo não circulante:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
2010	-	-	90.772	-	-	94.979
2011	-	97.405	59.029	-	112.823	56.486
2012	27.318	2.786	32.183	37.703	2.721	35.461
2013	10.779	20.770	16.993	10.851	19.148	16.336
2014	12.777	21.147	-	12.849	20.649	-
2015	81.843	31.325	-	82.389	28.818	-
2016 e em diante	22.398	-	-	26.296	-	-
	155.115	173.433	198.967	170.088	184.159	203.262

b) No passivo não circulante:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
2010						
2011		78.573	84.084		87.917	90.729
2012	21.082	2.170	2.323	27.387	2.124	2.192
2013	8.319	16.183	17.318	7.882	14.944	15.422
2014	9.860	16.477	17.632	9.333	16.116	16.631
2015	63.161	24.408	26.120	59.847	22.491	23.211
2016 e em diante	17.286			19.102		
	119.708	137.811	147.477	123.551	143.592	148.185

9. Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
Tributos a recuperar						
Imposto de renda retido na fonte	16.137	19.292	8.971	18.882	20.832	10.956
Contribuição social retida na fonte	8.589	8.391	3.387	9.956	9.267	4.280
PIS e COFINS retidos na fonte	89	395	1.150	342	1.485	1.890
Outros	(158)	364	444	714	1.132	1.538
	24.657	28.442	13.952	29.894	32.716	18.664

10. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

10.1. Saldos e transações com controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009, os saldos das transações com partes relacionadas classificadas como créditos com empresas ligadas no ativo não circulante podem ser assim demonstrados:

	Controladora		
	2010	2009	01.01.2009
Totvs Serviços	4.655	17.451	16.763
Datasul México	-	3.749	3.141
Totvs Brasília Software	1.232	2.147	1.502
Totvs Nordeste Software	1.238	-	-
RO Resultados em Outsourcing	1.376	1.545	-
BCS Comércio	-	1.030	98
Datasul Argentina	718	618	780
Hery Software	1.701	357	-
Gens	4.333	-	-
Tools	9	-	-
YMF	20	-	-
Inteligência Organizacional	2	-	-
Totvs Rio Software	6.734	-	-
Totvs México	-	-	2.279
Outros	(118)	346	201
	21.900	27.243	24.764

Os valores referem-se contas a pagar e receber entre empresas controladas, sem remuneração e ou data prevista de vencimentos.

O saldo de dividendos a receber registrado na Controladora no montante de R\$ 4.097 (R\$ 3.605 em 31 de dezembro de 2009), reflete a proposta de destinação dos lucros de suas controladas.

10.2. Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis, incluindo as instalações onde está estabelecida sua sede, as quais são de propriedade de um dos acionistas (LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.). O valor do aluguel pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 5.409 (R\$5.362 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009), em linha com os valores de mercado. Os contratos têm vigência de 60 meses e são reajustados pelo IGP-M, a cada 12 meses.

Alguns diretores da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 18,04% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2010 (19,43% em 31 de dezembro de 2009), sendo a participação indireta realizada através da LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia mantém também operações de empréstimos e financiamentos (Nota 15) e de debêntures (Nota 17), transações efetuadas substancialmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

10.3. Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controlada, são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Benefícios de curto prazo a empregados (a)				
Salários e honorários	14.029	14.596	17.791	18.228
Encargos sociais	3.271	2.903	3.832	3.116
Previdência privada	506	444	505	444
Bônus variáveis	1.731	7.942	1.732	7.942
	19.537	25.885	23.860	29.730
Pagamentos com base em ações (b)	4.106	2.020	4.107	2.020
	23.643	27.905	27.967	31.750

- a) **Benefícios de curto prazo:** Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e previdência privada, vide Nota 24.
- b) **Remuneração com base em ações:** Os membros da administração (presidente, diretores e vice-presidentes) participam do Plano de Outorga de Opção de ações, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, vide Nota 25.
- c) **Outros:** A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, vide Nota 24.

11. Investimentos

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

	Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em 31 de dezembro de 2010					Equivalência Patrimonial (controladora) dos exercícios findos em		Saldo de Investimentos em		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Resultado do exercício	2010	2009	2010	2009	01.01.2009
Totvs Rio	20.721	13.713	7.008	38.586	(4.302)	(4.302)	1.467	7.008	11.311	9.844
Totvs Argentina	4.382	2.062	2.320	9.235	(2.688)	(2.427)	(2.691)	2.081	2.836	2.426
Totvs México	10.032	7.443	2.589	13.247	(5.507)	(5.473)	(3.887)	2.589	3.434	308
Totvs Corporation	1.962	(1)	1.963	-	14	14	(24)	1.963	2.036	2.768
Totvs Nordeste	12.084	2.282	9.802	5.115	(808)	(808)	773	9.802	5.604	4.780
Totvs Brasília	3.642	2.149	1.493	6.932	(935)	(935)	(163)	1.493	-	-
IOSSTS	3.520	381	3.139	5.507	2.433	2.433	715	3.139	706	-
Eurototvs	1.117	621	496	1.647	(2.707)	(2.707)	(118)	496	1.558	262
RO	5.310	3.371	1.939	14.895	1.522	1.522	(245)	1.939	417	1.191
Midbyte	3.430	402	3.028	5.364	1.843	1.843	1.147	3.028	1.407	-
TQTVD	18.827	2.956	15.871	6.915	(6.434)	(4.948)	357	15.871	8.456	4.478
BCS Comércio	8.149	1.252	6.897	15.656	2.334	2.334	3.920	6.897	4.563	3.143
BCS Sistemas	74	-	74	-	-	-	(75)	74	74	617
BCS FLEX	-	(100)	100	-	-	-	(1)	100	100	310
HBA	30	(1)	31	-	4	4	17	31	26	490
Look (a)	-	-	-	-	-	-	(129)	-	-	105
Totvs Vitória (a)	-	-	-	-	-	-	74	-	-	1.347
Totvs Serviços	19.973	7.512	12.461	24.362	2.636	2.636	5.493	12.461	9.827	4.334
Gens	3.551	5.036	(1.485)	4.118	(2.913)	(2.913)	(234)	-	1.429	1.663
YMF	29.928	5.345	24.583	50.387	5.233	5.233	10.256	24.583	20.660	9.960
Tools	7.498	3.361	4.137	19.871	4.324	4.324	2.116	4.137	895	1.186
DTSL	6.680	5	6.675	3.155	(97)	(97)	1.840	6.675	6.771	5.118
Datasul S.A. de CV	2.406	1.365	1.041	-	(346)	(346)	(1.277)	1.041	-	-
Datasul Incorporation	1.014	33	981	-	(23)	(23)	(119)	981	1.047	1.480
Datasul Argentina	3.004	729	2.275	-	(176)	(176)	915	2.275	2.667	2.072
Hery	5.352	2.910	2.442	11.664	343	343	(401)	2.442	-	-
Total banco	6.410	2.179	4.231	21.221	4.852	3.397	(96)	2.962	1.407	785
SRC	-	-	-	-	1.116	1.116	-	-	-	-
Mafipa	-	-	-	-	136	136	-	-	-	-
						180	19.630	114.068	87.231	58.667
Outros investimentos						-	-	-	2	21
						180	19.630	114.068	87.233	58.688

Para os seguintes investimentos foram constituídas provisões para perdas registradas no passivo não circulante:

	Controladora		
	2010	2009	01.01.2009
Totvs Brasília	-	472	308
Datasul S.A. de CV	-	2.172	1.337
Hery	-	401	-
Gens	1.485	-	-
IOSSTS	-	-	9
	1.485	3.045	1.654

12. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora					
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	Total do ativo Imobilizado
Custo ou avaliação						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	25.798	3.212	4.202	2.860	5.639	41.711
Adições	6.645	2.351	639	420	839	10.894
Baixa	(1.327)	(1.023)	(569)	-	(2.254)	(5.173)
Transferência	8.455	946	1.138	778	2.332	13.649
Saldos em 31 de dezembro de 2009	39.571	5.486	5.410	4.058	6.556	61.081
Adições	8.231	2.494	1.484	329	1.440	13.978
Baixa	(505)	(859)	(61)	(47)	(1.046)	(2.518)
Transferência	-	1	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.297	7.122	6.832	4.340	6.950	72.541
Depreciação						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	(10.759)	(372)	(1.292)	(1.224)	(1.721)	(15.368)
Depreciação no exercício	(5.408)	(929)	(467)	(452)	(1.093)	(8.349)
Baixa	1.273	307	279	-	774	2.633
Transferência	(9.134)	(1.276)	(1.143)	(802)	(1.294)	(13.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(24.028)	(2.270)	(2.623)	(2.478)	(3.334)	(34.733)
Depreciação do exercício	(5.982)	(1.094)	(502)	(225)	(1.393)	(9.196)
Baixa	460	351	35	22	312	1.180
Transferência	1	-	-	-	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(29.549)	(3.013)	(3.090)	(2.681)	(4.416)	(42.749)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	17.748	4.109	3.742	1.659	2.534	29.792
Saldos em 31 de dezembro de 2009	15.543	3.216	2.787	1.580	3.222	26.348
Saldos em 01 de janeiro de 2009	15.039	2.840	2.910	1.636	3.918	26.343
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

	Consolidado					Total do ativo Imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Outros	
Custo ou avaliação						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	38.185	5.355	5.471	3.539	7.061	59.611
Adições	8.810	2.635	1.024	668	1.038	14.175
Baixas	(1.869)	(1.095)	(894)	(32)	(2.635)	(6.525)
Transferências	1.058	(632)	1.412	1.006	2.038	4.882
Saldos em 31 de dezembro de 2009	46.184	6.263	7.013	5.181	7.502	72.143
Adições	9.965	2.640	1.669	477	1.582	16.333
Baixas	(786)	(1.058)	(178)	(51)	(1.101)	(3.174)
Transferências	13	-	-	(13)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	55.376	7.845	8.504	5.594	7.983	85.302
Depreciação						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	(19.873)	(1.171)	(2.875)	(1.726)	(2.103)	(27.748)
Depreciação no exercício	(6.536)	(1.045)	(635)	(493)	(1.166)	(9.875)
Baixa	1.551	356	535	16	791	3.249
Transferência	(1.811)	(682)	(207)	(999)	(1.183)	(4.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(26.669)	(2.542)	(3.182)	(3.202)	(3.661)	(39.256)
Depreciação do exercício	(7.391)	(1.238)	(678)	(368)	(1.457)	(11.132)
Baixa	486	458	90	218	369	1.621
Transferência	181	1	1	(183)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(33.393)	(3.321)	(3.769)	(3.535)	(4.749)	(48.767)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.983	4.524	4.735	2.059	3.234	36.535
Saldos em 31 de dezembro de 2009	19.515	3.721	3.831	1.979	3.841	32.887
Saldos em 01 de janeiro de 2009	18.312	4.184	2.596	1.813	4.958	31.863
Taxas médias de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2010.

O valor contábil do imobilizado mantido sob contratos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2010 é de R\$2.037 (R\$6.165 em 31 de dezembro de 2009 e R\$9.480 em 01 de janeiro de 2009). Não houve adições ao imobilizado durante o exercício de 2010 (R\$748 no exercício de 2009) referente a itens sob contratos de arrendamento mercantil financeiro.

13. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Controladora						
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	Total do Ativo Intangível
Custo ou avaliação							
Saldos em 1 de janeiro de 2009	151.087	62.264	83.223	157.654	11.114	277.955	743.297
Adições	6.857	(265)	(1)	26.226	(596)	3.310	35.531
Baixas	(29)	(12)	-	-	(17)	-	(58)
Transferências	-	-	-	1.299	(1.299)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>157.915</u>	<u>61.987</u>	<u>83.222</u>	<u>185.179</u>	<u>9.202</u>	<u>281.265</u>	<u>778.770</u>
Adições	(404)	-	-	8.758	4.200	41.631	54.185
Baixas	(112)	-	-	1	-	(1)	(112)
Transferências	-	-	-	(1.299)	1.299	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>157.399</u>	<u>61.987</u>	<u>83.222</u>	<u>192.639</u>	<u>14.701</u>	<u>322.896</u>	<u>832.844</u>
Amortização							
Saldos em 1 de janeiro de 2009	(6.744)	(1.767)	(7.772)	(6.166)	(4.654)	(134.272)	(161.375)
Amortização no exercício	(15.006)	(4.543)	(18.599)	(17.094)	(1.644)	-	(56.886)
Baixa	(75)	(13)	(54)	(1.013)	1.652	58	555
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>(21.825)</u>	<u>(6.323)</u>	<u>(26.425)</u>	<u>(24.273)</u>	<u>(4.646)</u>	<u>(134.214)</u>	<u>(217.706)</u>
Amortização do exercício	(15.638)	(4.092)	(18.654)	(20.177)	(1.772)	-	(60.333)
Baixa	18	-	-	-	-	-	18
Transferência	-	(1)	2	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>(37.445)</u>	<u>(10.416)</u>	<u>(45.077)</u>	<u>(44.450)</u>	<u>(6.419)</u>	<u>(134.214)</u>	<u>(278.021)</u>
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>119.954</u>	<u>51.571</u>	<u>38.145</u>	<u>148.189</u>	<u>8.282</u>	<u>188.682</u>	<u>554.823</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>136.090</u>	<u>55.664</u>	<u>56.797</u>	<u>160.906</u>	<u>4.556</u>	<u>147.051</u>	<u>561.064</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2009	<u>144.343</u>	<u>60.497</u>	<u>75.451</u>	<u>151.488</u>	<u>6.460</u>	<u>143.683</u>	<u>581.922</u>
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)	

(*) Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

	Consolidado						Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	
Custo ou avaliação							
Saldos em 1 de janeiro de 2009	160.427	63.727	83.223	169.159	18.606	278.799	773.941
Adições	8.784	3	-	27.064	8.709	10.141	54.701
Baixas	(1.233)	(859)	-	1.723	(1.322)	-	(1.691)
Transferências	1.251	784	(2)	(2.480)	(259)	(56)	(762)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>169.229</u>	<u>63.655</u>	<u>83.221</u>	<u>195.466</u>	<u>25.734</u>	<u>288.884</u>	<u>826.189</u>
Adições	(309)	-	-	13.517	4.205	42.174	59.587
Baixas	(118)	(3)	-	(3.513)	(31)	-	(3.665)
Transferências	3	(1)	-	(1)	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>168.805</u>	<u>63.651</u>	<u>83.221</u>	<u>205.469</u>	<u>29.907</u>	<u>331.058</u>	<u>882.111</u>
Amortização							
Saldos em 1 de janeiro de 2009	(7.094)	(1.814)	(7.772)	(7.619)	(4.984)	(134.355)	(163.638)
Amortização no exercício	(16.165)	(4.652)	(18.653)	(18.098)	(2.530)	-	(60.098)
Baixa	631	(3)	(54)	(46)	282	-	810
Transferência	(764)	(11)	54	103	1.370	56	808
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>(23.392)</u>	<u>(6.480)</u>	<u>(26.425)</u>	<u>(25.660)</u>	<u>(5.862)</u>	<u>(134.299)</u>	<u>(222.118)</u>
Amortização do exercício	(16.920)	(4.201)	(18.652)	(21.638)	(4.809)	(531)	(66.751)
Baixa	19	-	-	613	(1)	-	631
Transferência	1	-	-	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>(40.292)</u>	<u>(10.681)</u>	<u>(45.077)</u>	<u>(46.685)</u>	<u>(10.673)</u>	<u>(134.830)</u>	<u>(288.238)</u>
Valor residual							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>128.513</u>	<u>52.970</u>	<u>38.144</u>	<u>158.784</u>	<u>19.234</u>	<u>196.228</u>	<u>593.873</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>145.837</u>	<u>57.175</u>	<u>56.796</u>	<u>169.806</u>	<u>19.872</u>	<u>154.585</u>	<u>604.071</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2009	<u>153.333</u>	<u>61.913</u>	<u>75.451</u>	<u>161.540</u>	<u>13.622</u>	<u>144.444</u>	<u>610.303</u>
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)	

(*) Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

13.1. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios

A composição dos ágios em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e a movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, conforme segue:

	01.01.2009	Adições	Baixas	2009	Adições	Baixas	2010
RM (a)	90.992	-	-	90.992	-	-	90.992
Logo Center (a)	5.703	-	-	5.703	-	-	5.703
Totvs BMI (a)	2.053	-	-	2.053	-	-	2.053
Midbyte	1.765	-	-	1.765	-	-	1.765
IOSSTS (a)	2.643	-	-	2.643	-	-	2.643
BCS (a)	10.610	-	-	10.610	1.211	-	11.821
Datasul (a)	29.917	167	-	30.084	-	-	30.084
Setware	761	200	-	961	-	-	961
Hery (d)	-	3.174	-	3.174	(247)	-	2.927
TotalBanco	-	6.600	-	6.600	923	-	7.523
M2I (b) (c)	-	-	-	-	531	(531)	-
M2S (c)	-	-	-	-	12	-	12
SRC (c)	-	-	-	-	33.688	-	33.688
Mafipa	-	-	-	-	6.056	-	6.056
	<u>144.444</u>	<u>10.141</u>	<u>-</u>	<u>154.585</u>	<u>42.174</u>	<u>(531)</u>	<u>196.228</u>

(a) Empresas incorporadas pela Totvs.

(b) Empresa alienada em 2010

(c) Combinação de negócios 2010 (nota 4)

(d) Ajuste no valor total a pagar na aquisição, pela não cumprimento de cláusulas contratuais.

Das adições de intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 59.587 (R\$54.701 em 2009), R\$ 39.756 referem-se a ágios das operações de combinações de negócios mensurados pelo valor justo (Nota 4).

A partir de 01 de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados. Para mensuração dos demais ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios, mensurados pelos valores justos, foram utilizadas metodologias de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e custo de reposição, dentre outras. Para a estimativa do valor pela metodologia de fluxo de caixa descontado foi utilizada a taxa de 15% a 22,8% (12,56% a 17,52% a.a. em 2009) (em termos reais), variando de acordo com o ativo intangível analisado. A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente.

O grupo de “Outros Intangíveis” é composto basicamente por direitos de exploração de áreas e desenvolvimento de novos produtos que tem as seguintes características:

a) Direitos de exploração de áreas

Os direitos de exploração de áreas estão relacionados às aquisições das carteiras de clientes das regiões do Grande ABC de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, anteriormente atendidas por franquias da Microsiga e Logocenter. Estes direitos são amortizados de forma linear pelo prazo de 84 a 120 meses, segundo as expectativas de rentabilidades futuras, fundamentadas em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas independentes que utilizam o critério de fluxo de caixa descontado.

b) Desenvolvimento de novos produtos

O desenvolvimento de novos produtos representa os gastos incorridos pela Companhia com o desenvolvimento do software “Ginga TQTV D” que permitirá a implementação de aplicações interativas para a TV Digital, e que serão parte dos aportes previstos para a TQTV D.

Em novembro de 2007, a Companhia fechou uma associação com a Quality Software S.A. (“Quality”) objetivando o desenvolvimento de um software intermediário (*middleware*) denominado “Ginga TQTV D”, que permite a implementação de aplicações interativas para a TV Digital. Em decorrência desta associação a Companhia adquiriu, em janeiro de 2008, 700 quotas equivalentes a 70% do capital social da empresa TQTV D Software Ltda. (“TQTV D”). Em janeiro de 2009 a participação da Totvs no capital da TQTV D foi reduzido para 55%, em função do desempenho obtido pela Quality Software S.A. (parceira da Totvs nesse empreendimento) no desenvolvimento do produto, conforme cláusula contratual, sendo que em 01 de junho de 2010 a companhia adquiriu os 45% remanescentes, passando a deter a totalidade das quotas do capital da TQTV D.

13.2. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 5 anos variaram de 0% a 2%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 15,0 % a 22,8% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas – As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
Obrigações trabalhistas						
Salários a pagar	6.926	5.030	3.961	10.083	6.973	5.579
Plano de previdência a pagar	371	330	233	444	368	267
Férias a pagar	25.062	20.818	15.240	32.043	26.122	19.143
PLR e Bonus	7.562	13.042	6.941	9.429	13.240	7.615
Outros	5.052	3.457	2.815	7.771	5.500	4.377
	44.973	42.677	29.190	59.770	52.203	36.981
Obrigações sociais						
FGTS a pagar	5.401	4.240	3.199	6.989	5.340	4.048
INSS a pagar	1.767	1.261	1.003	2.313	1.656	1.300
	7.168	5.501	4.202	9.302	6.996	5.348
	52.141	48.178	33.392	69.072	59.199	42.329

15. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
BNDES (a)	210.370	209.775	163.352	210.370	209.775	163.352
FINEP (b)	5.019	6.306	4.109	5.019	6.306	4.109
Contas garantidas e outras	130	-	25	2.870	1.795	1.051
	215.519	216.081	167.486	218.259	217.876	168.512
Passivo circulante	59.289	7.118	4.216	62.029	7.838	5.242
Passivo não circulante	156.230	208.963	163.270	156.230	210.038	163.270

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
2010	-	-	1.006	-	-	1.006
2011	-	45.954	41.006	-	47.029	41.006
2012	53.378	41.931	41.006	53.378	41.931	41.006
2013	51.705	41.078	40.252	51.705	41.078	40.252
2014	51.147	40.000	40.000	51.147	40.000	40.000
2015	-	40.000	-	-	40.000	-
Passivo não circulante	156.230	208.963	163.270	156.230	210.038	163.270

a) **BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração a tomada de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no valor de R\$204.500, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT.

Em setembro de 2008, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$160.000, o qual possui como garantia carta de fiança bancária. Em abril de 2009 foram disponibilizados mais R\$ 44.500, em complemento à tomada de crédito aprovada em 2008.

O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa com inovação dos produtos de *software*, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais.

b) **Desenvolvimento de software – FINEP – Financiadora de estudos e projetos**

O referido empréstimo – contratado pela então controlada Datasul – é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fianças bancária.

16. Financiamento por arrendamento financeiro

Os saldos de arrendamentos mercantis a pagar apresentam a seguinte composição:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
HSBC LEASING	73	174	276	73	174	276
CSI LEASING	192	880	1.679	242	1.185	1.980
ITAÚ LEASING	1.584	4.410	6.419	1.627	4.432	6.453
REAL LEASING	41	2	154	41	2	154
BRADESCO LEASING	54	94	-	54	94	-
HP LEASING	-	270	583	-	270	583
CIT BRASIL ARREND	-	-	-	-	8	34
	1.944	5.830	9.111	2.037	6.165	9.480
Passivo circulante	1.839	3.786	4.814	1.923	4.027	5.036
Passivo não circulante	105	2.044	4.297	114	2.138	4.444

A Companhia contratou arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes em 31 de dezembro de 2010:

	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	1.839	1.761	1.923	1.842
Após um ano, mas menos que cinco	105	92	114	100
Mais que cinco anos	-	-	-	-
Total de pagamentos mínimos de arrendamentos	1.944	1.853	2037	1.942
Menos valores que representam encargos financeiros	91	-	95	-
Valor presente de pagamentos de arrendamento mínimos	1.853	1.853	1.942	1.942

17. Debêntures

a) Descrição da operação

Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R\$ 200.000 através da emissão de até 100.000 ("Units"), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série.

Em 26 de agosto de 2009, com o intuito de detalhar a forma de cálculo e de atualização: (a) da remuneração das debêntures conversíveis em ações de ambas as séries da 1ª emissão privada da Companhia ("Debêntures"); (b) do prêmio de não conversão das Debêntures; (c) dos percentuais de conversão; (d) do prêmio sobre o preço em caso de conversão obrigatória das Debêntures a companhia celebrou o 2º aditamento ao instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

As debêntures da 1ª série serão remuneradas com base no IPCA acrescido de juros de 3,5% ao ano, limitados a TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos anualmente em 19 de agosto. As debêntures da 2ª série serão remuneradas com base na TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos semestralmente em 19 de fevereiro e 19 de agosto.

A Companhia pagará *pro rata temporis* a remuneração devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões de debêntures; (ii) amortizações programadas; (iii) vencimento antecipado; e (iv) vencimento final ou liquidação das debêntures.

As Units terão conversão obrigatória em ações ordinárias da Companhia, caso a partir da data de sua emissão, o preço médio ponderado de 360 dias das ações da Companhia, calculado nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo – (“Bovespa”) e apurado na data de aniversário das Units, em cada período, seja maior que o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia, também calculado nos pregões na Bovespa, no período compreendido entre 6 de junho a 31 de agosto de 2008 (“período base”), acrescido do prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, durante os três primeiros aniversários da debênture, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures e atualizados com base na média geométrica entre o IPCA + 12% e TJLP +9% para o número de dias corridos entre a data de apuração e a data de emissão.

Caso a valorização atinja as condições acima descritas os debenturistas ficarão obrigados a converterem as debêntures, sendo que a conversão obrigatória somente poderá ocorrer após 2 anos da data de sua emissão, ou seja, 19 de agosto de 2010 (já convertida), em até 15% das debêntures emitidas, até 30% em 2011, até 45% em 2012, e até 60 % em 2013.

O preço de conversão, caso essa ocorra, também será o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia, calculado nos pregões da Bovespa no período base, acrescido de prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, para as possíveis conversões a se realizarem a partir de 2011, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures.

A conversão voluntária das debêntures, a critério dos debenturistas, poderá ser efetuada considerando os limites percentuais por ano e preço de conversão, descritos acima. Não obstante a esses percentuais máximos de conversão mencionados, os debenturistas poderão converter 100% dos títulos caso: i) um terceiro adquira mais de 20% das ações da Companhia ou ii) no caso do número de conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia ser inferior a 50%.

O preço de conversão será simultâneo e proporcionalmente ajustado sempre que houver aumento de capital.

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estipuladas.

A emissão não será objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que as debêntures emitidas pela Companhia têm como característica a colocação privada restrita aos acionistas da Companhia na data de emissão, sem qualquer esforço de venda no mercado em geral.

b) Cláusula de “não conversão das debêntures”

Em caso de não conversão, as debêntures farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPCA acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada no acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPCA acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago em, no máximo 06 parcelas, e em até 03 anos contadas a partir do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

c) Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01.01.2009

Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 o saldo era composto da seguinte forma:

Emissão	Debêntures	Encargos financeiros Anuais	Preço Unitário	Controladora e Consolidado		
				2010	2009	01.01.2009
1ª série	100.000	IPCA* + 3,5% limitada à TJLP + 1,5%	1,00	86.965	102.609	102.817
2ª série	100.000	TJLP + 1,5%	1,00	86.965	102.609	102.817
		Sub-Total		173.930	205.218	205.634
		Prêmio por não conversão		9.597	12.219	2.777
		Valor justo de conversões futuras		14.423	-	-
		Total		197.950	217.437	208.411
		Passivo circulante		12.155	5.218	5.634
		Passivo não circulante		185.795	212.219	202.777

* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

O valor do montante principal de longo prazo possui prazo de vencimento conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Agosto de 2012	4.637	-	-
Agosto de 2013	1.561	-	-
Agosto de 2015	68.000	80.000	80.000
Agosto de 2016	102.000	120.000	120.000
Fevereiro de 2017 em diante	9.597	12.219	2.777
	185.795	212.219	202.777

d) Primeira conversão de debêntures

Em 19 de agosto de 2010 o preço médio dos últimos de 360 dias das ações da companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornam obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 306.870 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 97,747683 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$29.996 mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures. (vide nota 17a).

Em razão da emissão de ações aos debenturistas pelo valor de contrato que está abaixo do preço de mercado a companhia registrou, em 19 de agosto de 2010, um deságio na emissão de ações que totaliza R\$ 7.448 que foi registrado como despesa financeira no exercício.

e) Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures foi feita a avaliação, por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura tendo sido o montante reconhecido em 31 de dezembro de 2010, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação (que considera o preço futuro das ações comparado com os preços estabelecidos para a conversão ("strike price") e demais variáveis previstas na escritura de debêntures, usando o método de Monte Carlo de precificação de opções) na data de encerramento das demonstrações financeiras. Foram levados em consideração os CPCs 38 (IAS 39), e 39 (IAS 32) para reconhecimento dos montantes envolvidos em 31 de dezembro de 2010, que correspondeu à passivo de R\$14.423, que tem como contrapartida o resultado financeiro. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa dos montantes que foi contabilizada poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

18. Obrigações por aquisição de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
BCS	-	7.654	12.127	-	7.654	12.127
YMF (a)	4.374	19.336	12.089	4.374	19.336	12.089
Tools (a)	1.469	2.672	5.104	1.469	2.672	5.104
Gens (a)	522	1.273	2.330	522	1.273	2.330
Techprod (a)	1.266	2.535	2.307	1.266	2.535	2.307
Midbyte	717	1.242	1.713	717	1.242	1.713
Soft Team (a)	-	-	-	-	2.000	2.301
Techserv (a)	-	-	-	597	1.126	1.024
TotalBanco	2.338	2.637	-	2.338	2.637	-
Hery	4.294	8.421	-	4.294	8.421	-
Datasul MG	2.429	2.940	-	2.429	2.940	-
Datasul Saúde MG	946	1.126	-	946	1.126	-
ERP Cedente	663	798	-	663	798	-
Logmann	782	-	-	782	-	-
TQTVD	7.107	-	-	7.107	-	-
SRC	34.092	-	-	34.092	-	-
Mafipa	3.031	-	-	3.031	-	-
Outras (a)	426	1.103	2.531	426	1.103	3.052
Total	64.456	51.737	38.201	65.053	54.863	42.047
Passivo circulante	10.382	33.159	15.279	10.581	34.577	16.299
Passivo não circulante	54.074	18.578	22.922	54.472	20.286	25.748

(a) Os índices de reajustes das parcelas variam de 100% a 100,5% do CDI.

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

<u>Ano</u>	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
2010		-	15.212		-	16.662
2011		5.995	2.845		6.564	3.304
2012	34.067	7.956	4.403	34.067	8.870	5.320
2013	15.939	2.567	462	16.072	2.792	462
2014	3.564	2.060	-	3.829	2.060	-
2015	504	-	-	504	-	-
Passivo não circulante	54.074	18.578	22.922	54.472	20.286	25.748

19. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

a. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para Contingências	Controladora e Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009
Previdenciárias	-	-	27.526
Tributárias	545	6.419	6.872
Civil	1.728	1.645	821
Trabalhistas	3.603	2.589	620
	5.876	10.653	35.839

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora e Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009
Previdenciárias	3.197	3.028	20.193
Tributárias	2.331	10.532	8.456
Outros	388	653	191
	5.916	14.213	28.840

A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	Controladora e Consolidado				
	Previdenciárias	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2009	27.526	6.872	620	821	35.839
(+) Complemento de provisão	5.565	186	2.589	824	9.164
(+) Atualização monetária	2.926	1.576	26	-	4.528
(-) Parcelamento de débitos	(27.982)	(920)	-	-	(28.902)
(-) Reversão de provisão não utilizada	(8.035)	(1.295)	(646)	-	(9.976)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	6.419	2.589	1.645	10.653
(+) Complemento de provisão	-	71	930	285	1.286
(+) Atualização monetária	-	-	424	248	672
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(5.945)	(340)	(450)	(6.735)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	545	3.603	1.728	5.876

O detalhe das principais ações cuja provisão foi contabilmente reconhecida é como segue:

Tributárias

A filial de Belo Horizonte da Companhia está discutindo, em duas ações de consignação em pagamento ajuizadas contra os municípios de Uberlândia e Vitória, se eles fazem jus a exigir o recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISSQN às alíquotas que variam de 2% a 5%, ou se o imposto é devido ao município de Belo Horizonte no qual a alíquota é de 2%. A Companhia entende que o ISS é devido ao município de Belo Horizonte onde ocorre o desenvolvimento do serviço. Dessa forma, a Companhia tem efetuado os depósitos judiciais no âmbito das referidas ações judiciais considerando as alíquotas requeridas pelos municípios e registrando provisão para contingência no valor equivalente a 3%. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão reconhecida para essa demanda judicial totaliza R\$364 (R\$6.318 em 31 de dezembro de 2009) e os depósitos judiciais efetuados até 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$2.331 (R\$10.532 em 31 de dezembro de 2009). As Ações referentes a São Paulo e Rio de Janeiro, que compunham os saldos de 31 de dezembro de 2009 transitaram em julgado.

Cíveis

A Companhia figura como ré em ações indenizatórias ajuizadas por clientes para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, assim como, de ações indenizatórias ajuizadas por agentes de negócios, relativamente a rescisões contratuais cumuladas com cobrança e pedidos de indenização. Em 31 de dezembro de 2010, a provisão constituída para essas demandas totaliza o montante de R\$1.728 (R\$1.645 atualizado em 31 de dezembro de 2009).

Trabalhistas

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, horas extras e equiparação salarial. O valor provisionado é de R\$3.603 em 31 de dezembro de 2010 (R\$2.589 em 31 de dezembro de 2009).

b) Outros processos em andamento (Classificação de perda “Possíveis”)

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza	Controladora e Consolidado		
	2010 (**)	2009 (*)	01.01.2009
Previdenciárias	15.959	9.971	11.878
Tributárias	19.445	12.445	10.020
Cíveis	23.823	17.455	4.693
Trabalhistas	5.741	691	576
	<u>64.968</u>	<u>40.562</u>	<u>27.167</u>

(*) Os números constantes da coluna relativa ao exercício social de 2009 foram ajustados nos termos da Deliberação CVM 506/06, sem alterar o valor total apresentado anteriormente.

A seguir o resumo das principais ações em andamento:

Previdenciárias

Em 4 de maio de 2007, foi ajuizada pelo INSS execução fiscal contra a Companhia no montante de R\$1.604 (R\$2.243 atualizados em 31 de dezembro de 2010 e R\$2.063 em 31 de dezembro de 2009) referente às contribuições sociais destinadas a terceiros (SESC e SENAC) incidentes sobre a remuneração paga a empregados que lhe prestaram serviços no período de março de 1999 a julho de 2000. A quantia de R\$1.626 (R\$2.243 atualizados até 31 de dezembro de 2010, R\$2.091 em 30 de dezembro de 2009) foi depositada em juízo em 2007, e registrada no ativo não circulante. A companhia apresentou Embargos à Execução e aguarda decisão de primeira instância.

A Companhia sucedeu a discussão em embargos à execução fiscal a inexigibilidade da NFLD 35.058.091-0, originalmente lavrada em face da Datasul S.A., cujo valor inicial é de R\$ 3.862 (R\$8.228 atualizados até 31 de dezembro de 2010 e R\$7.880 em 31 de dezembro de 2009). Referida notificação foi imposta pelo INSS em razão de suposta irregularidade em terceirização de serviços. A discussão do mérito dos embargos encontra-se suspensa ainda sem decisão de primeiro grau.

Em 28 de junho de 2010 foram lavrados autos de infração pelos fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 5.113 (R\$ 5.427 atualizados até 31 de dezembro de 2010) que objetivaram, em síntese: (i) uma suposta caracterização de autônomos e pessoas jurídicas como segurados empregados; e (ii) responsabilidade solidária por serviços prestados por empresa de trabalho temporário. Os autos de infração foram lavrados em substituição à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito nº 35.136.711-0, de 30/08/2000, julgada nula por decisão da Quarta Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social.

A Companhia apresentou as respectivas impugnações aos autos de infração e aguarda a manifestação da Receita Federal.

Tributárias

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2008, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal auto de infração no montante de R\$3.628 (R\$4.426 atualizado até 31 de dezembro de 2010, R\$4.086 em 31 de dezembro de 2009), relativos a questionamentos por ter deixado de adicionar ao seu lucro líquido tributável parte dos lucros a ela supostamente disponibilizados por empresa controlada no exterior e sobre amortização indevida, na apuração do lucro tributável, do valor do ágio apurado na incorporação da ABR1 pela Companhia nos anos calendário de 2003 a 2006. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal.

A Companhia sofreu oito autuações pela Municipalidade de São Paulo para exigência do ISS, relativo ao período de 1996 a 2000, no valor R\$804 (R\$6.046 atualizados até 31 de dezembro de 2010 e R\$4.923 em 31 de dezembro de 2009). As autuações que ainda encontram-se na esfera administrativa decorrem do entendimento da Municipalidade de São Paulo de que o serviço prestado pela filial de Joinville seria desenvolvido dentro dos limites do Município de São Paulo. A administração e os assessores jurídicos da Companhia entendem que o serviço é todo desenvolvido

na filial (Joinville) e consideram que o imposto foi devidamente recolhido naquele município.

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2007, a Companhia sucedeu o auto de infração lavrado em face da Datasul S.A., no montante de R\$1.357 (R\$1.799 atualizados até 31 de dezembro de 2010, R\$1.658 atualizado em 31 de dezembro de 2009), relativos a questionamentos por ter deixado de recolher na fonte o imposto de renda sobre valores pagos por terceiros aos beneficiários de cartões de incentivos instituídos em Plano de Marketing anteriormente adotado. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal.

Adicionalmente, a Companhia é parte em autuações expedidas pela Receita Federal, totalizando o valor de R\$1.786 atualizados até 31 de dezembro de 2010 (R\$1.776 em 31 de dezembro de 2009).

Cíveis

A Companhia figura como ré em ações ordinárias ajuizadas por clientes e terceiros para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, totalizando o valor de R\$23.823 atualizados até 31 de dezembro de 2010 (R\$17.455 em 31 de dezembro de 2009).

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, nos quais são requeridos: pagamento de horas extras, reconhecimento de vínculo, 13º salário entre outros, totalizando o valor de R\$5.741 atualizados até 31 de dezembro de 2010 (R\$691 em 31 de dezembro de 2009).

c) *Legislação vigente*

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era composto por 31.459.272 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (31.152.402 em 31 de dezembro de 2009 e em 01 de janeiro de 2009), conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		01 de janeiro de 2009	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.	5.352.198	17,01	5.352.198	17,18	5.352.198	17,18
BNDES Participações S.A.	1.657.527	5,27	2.032.214	6,52	2.032.214	6,52
Genesys Asset Managers, LLP	1.576.704	5,01	1.590.504	5,11	1.534.564	4,93
Dynamo Administração de Recursos Ltda.	434.807	1,38	1.574.564	5,05	1.825.376	5,86
Fidelity Management & Research Company	-	-	505.899	1,63	1.964.300	6,31
Outros	22.438.036	71,33	20.097.023	64,51	18.443.750	59,20
	31.459.272	100,00	31.152.402	100,00	31.152.402	100,00

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 540.000. Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Adicionalmente, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como os administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferências para os acionistas.

Conforme mencionado na nota 18, em função da conversão de debêntures em ações da companhia, em 19 de agosto de 2010, o conselho de administração da TOTVS aprovou a emissão de 306.870 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 97,747683 por ação, com conseqüente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.996.

b) Reservas de capital

Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2010 e 2009 eram compostos da seguinte forma:

	2010	2009	01.01.2009
Reserva de ágio	31.557	31.557	31.557
Reserva de ágio por incorporação	14.330	14.330	14.330
Debêntures convertidas em ações (valor justo)	7.449	-	-
Plano de outorga de ações	7.070	2.964	944
	60.406	48.851	46.831

A Reserva de ágio no montante de R\$ 31.557 é decorrente de integralizações efetuadas no exercício de 2005.

A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para: i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiárias; iv) incorporação ao capital social; ou v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

d) Orçamento de capital destinação da reserva de retenção de lucros

A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2010 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2011, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária, destina o saldo total da conta de reserva para retenção de lucros, no montante de R\$87.156, para as aplicações demonstradas abaixo:

<u>Aplicações:</u>	2010
Projetos de expansão, reposição de ativos e pesquisa e desenvolvimento.	264.121
Total das aplicações	<u>264.121</u>
 <u>Fontes:</u>	
Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2010	110.293
Caixa estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2010 (não auditado)	<u>153.828</u>
Total das fontes	<u>264.121</u>

21. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Com relação ao exercício de 2010, em 21 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração autorizou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$ 27.000, a ser imputado no dividendo mínimo obrigatório, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

	Controladora	
	2010	2009
Lucro líquido do exercício da controladora	138.196	120.296
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(6.910)	(6.015)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	131.286	114.281
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	32.822	28.570
Dividendos adicionais propostos pela administração	50.528	40.689
Dividendos propostos pela administração	83.350	69.259
Forma de pagamento:		
(-) Juros sobre o capital próprio pagos	27.000	22.500
Imposto de renda retido sobre Juros sobre capital próprio	(3.757)	(2.838)
Dividendos	60.107	49.597
	83.350	69.259
Movimentação dos dividendos no Patrimônio Líquido:		
Dividendos referentes ao exercício anterior	43.526	16.511
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	5.822	6.070
Total de dividendos subtraídos do Patrimônio Líquido	49.348	22.581
Quantidade de ações em 31 de dezembro	31.459.272	31.152.402
Dividendo e juros sobre o capital próprio por lote de 1000 ações – em reais	2.649,46	2.223,23

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 33.139 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 25.974 em 31 de dezembro de 2009) inclui a distribuição do exercício demonstrada acima, assim como o saldo residual de exercícios anteriores.

Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis, portanto estão sendo apresentadas em linhas distintas demonstrando o efeito do imposto de renda.

22. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Em 31 de dezembro de 2010, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade	Valor Total Segurado
		De	Até		
Compreensivo Empresarial	Sul América	13/6/2010	13/6/2011	30.000	85.000
Responsabilidade Civil Geral	Sul América	13/6/2010	13/6/2011	4.000	18.000
Veículos	Liberty Seguros	7/1/2010	7/1/2011	1.150	

23. Instrumentos Financeiros e Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil			Valor Justo		
	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009	2010	2009	Em 1º de janeiro de 2009
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	232.508	207.721	120.677	232.508	207.721	120.677
Títulos e Valores Mobiliários	56.446	41.783	26.729	56.446	41.783	26.729
Contas a Receber, liquidas	257.936	216.681	215.155	257.936	216.681	215.155
Impostos a recuperar	29.894	216.699	222.963	29.894	216.699	222.963
Outros ativos	31.393	15.793	10.927	31.393	15.793	10.927
Total	608.177	698.677	596.451	608.177	698.677	596.451
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	218.259	217.876	168.512	218.259	217.876	168.512
Arrendamentos Mercantis	2.037	6.165	9.480	2.037	6.165	9.480
Debêntures e prêmio de não conversão	183.527	217.437	208.411	183.527	217.437	208.411
Valor justo das debêntures conversíveis	14.423	-	-	14.423	-	-
Contas a pagar e fornecedores	55.944	56.749	46.846	55.944	56.749	46.846
Dividendos	34.302	25.947	17.213	34.302	25.947	17.213
Impostos a pagar	5.903	7.198	7.937	5.903	7.198	7.937
Outras obrigações	70.927	63.193	48.491	70.927	63.193	48.491
Total	585.322	594.565	506.890	585.322	594.565	506.890

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures conversíveis e as Debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo, conforme nota 18.

b) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, que diretamente (ou seja, como os preços ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos E Financiamentos	-	218.259	-
Debêntures	-	-	183.527
Valor justo das conversões futuras	-	14.423	-

c) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o exercício de 2010, conforme nota explicativa nº 18, a Companhia reconheceu o impacto do valor justo das ações emitidas aos debenturistas, em função da conversão obrigatória das debêntures (15%) em ações da companhia, e projetou o impacto do valor justo das futuras conversões (2011, 2012 e 2013). Portanto, o prêmio de não conversão de 60% das debêntures (% máximo de conversão) foi estornado, restando provisionado somente o prêmio de não conversão das debêntures não convertidas em ações (40%).

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP e IPCA, para financiamentos junto ao BNDES e para as debêntures emitidas e CDI para aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Conforme descrito na Nota 18, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter privado e tem características próprias, que impossibilitam a obtenção de um valor de mercado. Dessa forma, a Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos.

Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT, para os quais o BNDES considera as condições de cada companhia, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 10,75% para o ano de 2010 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2010, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Posição em 31.12.2010		22.963	17.218	11.492
R\$ 195.434*				

* Saldos em 31 de dezembro de 2010 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2010, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2010. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2010 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES		15.778	18.933	22.089
Taxa sujeita à variação	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
R\$210.370*				
Debêntures		16.704	19.101	21.456
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
R\$183.386*	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

* Saldos em 31 de dezembro de 2010

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

i) Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

d) Operações com derivativos

Com exceção da operação de derivativos embutidos descrito na nota 18, a Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Totvs controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, menos caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	1.1.2009	31.12.2010	31.12.2009	1.1.2009
Empréstimos e financiamentos e debêntures	415.413	439.348	385.008	418.246	441.478	386.403
Obrigações por aquisição de investimentos	64.456	51.737	38.201	65.053	54.863	42.047
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicações	(177.275)	(161.860)	(92.514)	(232.508)	(207.721)	(120.677)
(-) Títulos e valores mobiliários	(55.849)	(38.656)	(20.670)	(56.446)	(41.783)	(26.729)
Dívida Líquida	246.745	290.569	310.025	194.345	246.837	281.044
Patrimônio Líquido	619.862	525.066	470.189	631.576	542.025	475.730
Patrimônio Líquido e dívida líquida	866.607	815.635	780.214	825.921	788.862	756.774

24. Planos de Previdência Privada – Contribuição Definida

A Companhia mantém planos de previdência privada administradas pelo Itaú Vida e Previdência, nova razão social do Unibanco AIG Previdência e HSBC, conforme abaixo:

a) Itaú Vida e Previdência a Companhia

Oferece o “Programa de Previdência Complementar TOTVS”, no qual são realizadas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Companhia, descritas no Contrato de Adesão ao Programa. As contribuições são segregadas em:

- Contribuição Básica – corresponde a 2% do salário de contribuição do participante; no caso de estatutários a contribuição varia de 2% a 5%.
- Contribuição Voluntária – contribuições efetuadas exclusivamente pelos participantes, não havendo contrapartida da empresa.
- Contribuição da Empresa – correspondente a 100% da contribuição básica mensal. A empresa poderá efetuar contribuições extraordinárias de valor e frequências livres.

b) HSBC

A Companhia possui o Programa de Previdência Privada Complementar (PGBL – Plano Gerador de Benefícios Líquidos). Para os participantes que optaram pelo plano de Previdência, a empresa assume a taxa administrativa do plano, que é de 0,95%. Sendo as contribuições mensais suportadas exclusivamente pelos participantes.

As parcerias firmadas são segregadas e a opção do participante por um dos planos depende do contrato firmado entre a instituição e a sua unidade.

A natureza dos planos permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por sua única e exclusiva decisão. As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, totalizaram R\$3.683 na Controladora e R\$3.907 no Consolidado (R\$4.308 e R\$4.552, respectivamente em 31 de dezembro de 2009).

25. Plano de outorga de opção de ações

Em 26 de novembro de 2007 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Opção de Ações. Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base em indicação do Comitê de Remuneração e Direção de Recursos Humanos, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, assim como a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções.

O Plano de Outorga é válido pelo prazo de 60 meses, contados da aprovação pela Assembléia Geral da Companhia, permanecendo em vigor até a expiração do prazo de exercício das opções em circulação. A quantidade total de ações destinadas a esse plano não poderá ultrapassar a 3,3% do capital social da Companhia no prazo de 3 anos, contados da data de aprovação do plano pela Assembléia Geral Companhia.

Em 30 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos participantes do plano e o número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das respectivas opções, totalizando 270.057 opções de ações, com preço de exercício de R\$46,16, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificado nos pregões dos 5 dias anteriores.

Em 22 de janeiro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 2ª outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 182.555 opções de ações, com preço de exercício de R\$36,04, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificado nos pregões dos 5 dias anteriores.

Em 22 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 3ª outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções totalizando 335.315 opções de ações, com preço de exercício de R\$116,79, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificado nos pregões dos 5 dias anteriores.

Em 19 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 4ª e última outorga do plano de opção de ações da Companhia, a eleição dos participantes elegíveis a respectiva outorga e o número de ações que cada um dos participantes poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 370.842 opções de ações ao preço de exercício de R\$151,90, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificado nos pregões dos 5 dias anteriores. Tal outorga possui 2 prazos de carência para o exercício das opções, quais sejam (i) 50% das opções poderão ser exercidas a partir de 30 de janeiro de 2014 e (ii) 50% das opções poderão ser exercidas a partir de 30 de janeiro de 2015. Com a aprovação desta outorga a Companhia respeitou o limite 3,3% de ações destinadas do capital social, contados da data de aprovação do plano pela Assembléia Geral Companhia, bem como declarou encerrado o Plano de Opções de Ações.

O exercício das opções outorgadas tem como condição de reserva de direito (*vesting*) o exercício das opções apenas ao final do período de 36 meses a contar da data de outorga, exceção feita ao 4º e último lote que possui datas específicas conforme mencionadas acima, não podendo tal exercício se dar em prazo superior a 60 meses contados da data de outorga. As opções outorgadas por este plano

são pessoais e intransferíveis, decorridos ou não os prazos de reserva de direito (*vesting*).

Em 31 de dezembro de 2010 não há opções exercíveis, uma vez que ainda não transcorreu o prazo de 36 meses das datas de outorga.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo *Black-Scholes* de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Outorga	Precificação de opções	Premissas valor justo			
		Expectativa de:		Taxa de juros livre de risco	Prazo
		Dividendos	Volatilidade		
1a	15,83	2,40%	37,94%	11,75%	4 anos
2a	11,21	3,30%	38,54%	11,25%	4 anos
3a	39,82	1,97%	37,37%	10,75%	4 anos
4a	66,43 e 74,27	2,00%	37,37%	10,75%	4 anos

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 4.106 (R\$ 2.020 em 31 de dezembro de 2009), registrado como despesa de concessão de opções de compra de ação.

A vida esperada das opções é baseada em dados históricos e não indica necessariamente padrões de exercício que possam ocorrer. A volatilidade esperada reflete a presunção de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, que podem não corresponder ao cenário real.

Não ocorreram alterações no plano durante os exercícios de 2010 e 2009.

Base de cálculo e movimentação durante os exercícios:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Quantidade	Preço Médio (R\$)	Quantidade	Preço Médio (R\$)
Saldo de opções de compra no início do exercício	384.494	13,74	254.897	18,22
Movimentações:				
Concedidas	706.157	55,86	182.555	12,81
Canceladas	(52.495)	25,80	(52.958)	17,12
Saldo de opções de compras no fim do exercício	1.038.156	41,75	384.494	15,80

26. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<u>Receitas financeiras</u>				
Receitas de aplicações financeiras	14.388	12.391	17.335	15.171
Variação monetária ativa	(7.614)	(3.535)	(7.362)	(1.288)
Outras receitas financeiras	6.294	3.684	8.469	5.374
	<u>13.068</u>	<u>12.540</u>	<u>18.442</u>	<u>19.257</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros Sobre capital próprio	(27.000)	(22.500)	(27.000)	(22.500)
Reversão dos Juros s/ capital próprio	27.000	22.500	27.000	22.500
Juros pagos ou incorridos	(36.812)	(33.123)	(37.023)	(33.480)
Variação monetária passiva	(356)	(910)	(1.636)	(2.696)
Comissões e Despesas bancárias	(7.743)	(3.258)	(8.078)	(3.683)
Prêmio de não conversão	(11.801)	(9.442)	(11.801)	(9.442)
Outras despesas financeiras	(7.993)	-	(9.634)	(1.180)
	<u>(64.705)</u>	<u>(46.733)</u>	<u>(68.172)</u>	<u>(50.481)</u>
Financeiras líquidas	<u>(51.637)</u>	<u>(34.193)</u>	<u>(49.730)</u>	<u>(31.224)</u>

27. Demonstração dos resultados abrangentes

Atendendo o disposto no CPC 26 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício	138.196	120.296	137.863	122.896
Variação cambial sobre investimento no exterior	(317)	(3.801)	(317)	(3.801)
Efeito do imposto de renda	108	1.292	108	1.292
Total do Resultado Abrangente	<u>137.987</u>	<u>117.787</u>	<u>137.654</u>	<u>120.387</u>

28. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado básico por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	138.196	120.296	137.863	122.896
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.265	31.152	31.265	31.152
Resultado básico por ação	4,42	3,86	4,41	3,95
	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	138.196	120.296	137.863	122.896
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	31.265	31.152	31.265	31.152
Efeito da diluição				
• Opções de Ações	683	384	683	394
• Debêntures	963		963	
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	32.911	31.536	32.911	31.536
Resultado diluído por ação	4,19	3,81	4,19	3,90

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

29. Eventos subsequentes

Em 4 de Janeiro de 2011 a Companhia adquiriu, pelo valor de até R\$ 17,810 milhões, 100% do capital social da GENS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA., empresa que concentra a operação da Franquia de Desenvolvimento GENS S.A., focada no desenvolvimento de softwares para o segmento de saúde. A aquisição permitirá à Companhia equalizar as plataformas tecnológicas dos softwares originados da Datasul no segmento de saúde com o objetivo de reduzir a dependência tecnológica de terceiros e ofertar um portfólio cada vez mais completo ao mercado. A transação também faz parte da estratégia da Companhia de integrar as estruturas externas de desenvolvimento, obtendo sinergias e maior eficiência das áreas de Pesquisa e Desenvolvimento e honrando os compromissos para manter os investimentos em P&D em patamares desejáveis.

Em 18 de Janeiro de 2011, o administrador de fundos BlackRock Inc. passou a deter o equivalente a 5,01% do capital social desta Companhia.

Em 27 de janeiro de 2011 a companhia emitiu 254.897 ações referentes a outorga de ações concedidos em 2008.

30. Administração da Companhia

Conselho de Administração

Nome	Posição
Laércio José de Lucena Cosentino	Presidente
Marília Artimonte Rocca	Membro Independente
Pedro Luiz Barreiros Passos	Membro Independente
Pedro Moreira Salles	Membro Independente
Sergio Földes Guimarães	Membro Independente

Diretoria

Nome	Posição
Laércio José de Lucena Cosentino	Presidente do Conselho de Administração e Presidente
José Rogério Luiz	Vice-Presidente Executivo, Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Marcelo Rehder Monteiro	Vice-Presidente de Gestão de Desenvolvimento
Rodrigo de Queiroz Caserta	Vice-Presidente de Estratégia de Mercado
Weber George Canova	Vice-Presidente de Inovação e Tecnologia
Wilson de Godoy Soares Júnior	Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento
Alexandre Mafra Guimarães	Diretor Financeiro e Serviços Compartilhados
Claudio Bessa Sacramento	Diretor de Alianças e Novos Negócios
Gustavo Dutra Bastos	Diretor de Atendimento e Relacionamento - Serviços
Rodrigo de Queiros Cabrera Nasser	Diretor de Unidade
Alvaro Emidio Macedo Cysneiros	Diretor de Unidade
Robério Gualberto Teixeira Lima	Diretor de Atendimento e Relacionamento - Comercial
Silvio Mota	Diretor de Atendimento e Relacionamento - Comercial
Lélio de Souza Junior	Diretor de Negócios
Chesley Bernardo Buteri	Diretor de Negócios
Denis Del Bianco	Diretor de Negócios
Cleber Augusto Picarro	Diretor de Unidade
Flavio Balestrin De Paiva	Diretor de Expansão Internacional
Paulo Roberto Da Silva	Diretor de Gestão De Projetos
Marcelo Jacob	Diretor de Atendimento e Relacionamento
Evandro de Castro Avila	Diretor de Desenvolvimento
Andre Bretas Nunes De Lima	Diretor de Desenvolvimento
Edimilson Jose Correa	Diretor de Desenvolvimento
Marcelo Dos Santos	Diretor de Marketing
Gilsinei Valcir Hansen	Diretor de Negócios
Araquen Pagotto	Diretor de Negócios
Gilsomar Maia Sebastião	Diretor de Planejamento
Maria de Fátima Almeida E Albuquerque	Diretor de Relações Humanas
Khalil Kaddissi	Diretor Jurídico

Comitê de Auditoria

Nome	Posição
Charles B. Holland	Membro Independente
José Rogério Luiz	Membro
Pedro Luiz Barreiras Passos	Membro Independente